

Ajudas familiares em vários países

Na **Grã-Bretanha**, a polémica pelo novo plano de ajudas familiares tem atores e conteúdos muito diferentes. Mas parece que o motivo de descontentamento é o mesmo.

Coincidindo com a apresentação do orçamento, o governo de coligação britânico – formado por conservadores e liberais-democratas – apresentou um plano de ajudas familiares. As ajudas traduzem-se numa bonificação fiscal de 1.200 libras anuais (1.406 euros) por filho para ser dedicada aos cuidados com a criança. Mas só poderão solicitá-la aquelas famílias em que ambos os pais trabalhem fora de casa e não ganhem mais de 150.000 libras anuais cada um (175.259 euros). A iniciativa alarga-se também aos pais solteiros que estão desempregados.

Ficam excluídas, pelo contrário, as famílias em que um dos pais – normalmente as mães – se dedica ao cuidado dos filhos e do lar, seja por escolha própria, ou por “exigências do mercado”, e também os que, pelos mesmos motivos, escolhem meias jornadas de trabalho consideradas excessivamente breves pelo governo para aceder a estas ajudas (menos de 16 horas semanais).

Chega-se, assim, a um paradoxo apontado por Allison Pearson em “The Telegraph”, no artigo “Good parenting can’t be measured in GDP”: “O inexperiente governo em assuntos domésticos e familiares, ajuda com bónus por filhos os pais que ganham em conjunto até 300.000 libras por ano, enquanto deixa ao abandono a mãe que trabalha três dias por semana para pagar as lições de piano ou os sapatos dos seus filhos. Genial, não é verdade?”.

O anúncio do novo plano foi especialmente polémico pelo desprezo do trabalho doméstico que algumas declarações deixaram vislumbrar. Quando perguntaram ao porta-voz de Cameron os motivos porque o governo excluía do sistema de ajudas as mães que trabalham em casa, respondeu que tinham optado por se concentrar “naqueles que querem trabalhar duramente e enfrentar os elevados custos de ter filhos”. Não foi um lapso isolado. O próprio primeiro-ministro insistiu em que a coligação queria ajudar os pais “que queriam sair para trabalhar”.

Este tipo de declarações levanta a Pearson a suspeita de que o plano do governo britânico tem muito pouco de “ajudas familiares”. “Que pode entender o nosso governo, formado principalmente por homens de classe alta, dos dilemas do mundo real que acontecem na prestação de cuidados aos filhos? (...) A nossa classe política está obcecada em introduzir as mulheres no trabalho [remunerado] para as tornar economicamente mais produtivas”.

Na mesma linha, o colunista do “Telegraph”, James Kirkup, no artigo “Childcare: ministers don’t want mothers to stay at home – they want them to work. They should say so”, pede mais clareza ao governo de Cameron para que não apresente como uma política familiar o que, na realidade, é um plano económico. “A coligação quer mais mulheres no mercado de trabalho. (...) As pessoas que trabalham [fora de casa] criam e produzem coisas de valor financeiro, e recebem um salário que gastam (por exemplo, nos cuidados dos filhos). Tudo isto é atividade económica, e as estatísticas traduzem-no em crescimento do PIB”.

E conclui: “Os ministros querem que haja mais mulheres que trabalhem [fora de casa], e menos que fiquem em casa a cuidar dos seus filhos. Pois deveriam dizê-lo, clara e abertamente”.

Em **França**, o governo de François Hollande, obrigado a uma drástica diminuição da despesa pública, está a examinar como cortar as ajudas familiares, que até agora eram concedidas, em geral, em função do número de filhos, independentemente dos rendimentos. Mas não será fácil chegar a acordos dentro do partido socialista, como tão-pouco com uma oposição relativamente dividida. À partida, implicaria uma reforma radical, pois são já muitos anos, com governos de diferentes cores políticas, em que a política familiar francesa tem sido das mais generosas da Europa. Era uma das razões da sua elevada taxa de natalidade.

Até agora, muitas prestações não têm em conta a situação socioeconómica das famílias: qualquer lar francês recebe 127 euros por mês para dois filhos; 290 para três; 452 para quatro, e 162 por cada filho adicional. Essas prestações não são tributadas

A proposta da reforma é de Gérard Bapt, um deputado socialista que propôs, no diário económico “Les Échos”, dividir por dois essas ajudas a partir dos 53.000 € de rendimentos para um casal com dois filhos. Romperia um princípio clássico,

segundo o qual as “caixas” sociais asseguram os encargos adicionais que surgem na vida real, qualquer que seja o rendimento da pessoa.

Dentro do partido insiste-se no caráter pessoal dessa proposta. Não se esquece que Lionel Jospin teve de recuar em 1998 no seu projeto de estabelecer um teto para as ajudas familiares. Mas, ao mesmo tempo, as circunstâncias atuais são muito diferentes, e o governo necessita de poupar 2.200 milhões de euros neste campo. A possibilidade mais admitida é suprimir a isenção fiscal de que gozam agora estas ajudas. Mas esta solução poderia ser muito onerosa para as famílias mais modestas.

Outras medidas estão em estudo. O relator da lei orçamental defende uma diminuição do quociente familiar: o benefício fiscal concedido por cada filho adicional. Este benefício envolve quase doze mil milhões por ano para 7,5 milhões de famílias. A média é de 129 euros por mês e família, mas atinge 217 euros para 10% das mais ricas.

Outra possibilidade, apresentada pelo Presidente do Tribunal de Contas, Didier Migaud, é a tributação da pensão adicional concedida aos pais com mais de três filhos, que permite um aumento de 10% na reforma. Poderia totalizar 800 milhões de euros.

Como previsível, a oposição do UMP considerou estes planos um ataque contra o “pacto republicano”. Alguns membros do UMP reprovam aos socialistas voltarem-se contra as classes médias e as famílias e romperem o consenso de muitos anos. A posição do grupo não é unânime, mas está esmagadoramente contra.

Como recorda numa entrevista ao “Le Monde” o investigador Olivier Thévenon, especialista em políticas familiares, a França é um dos países da OCDE que investem mais na política familiar. Estima-se que consagra 4% a 6% do PIB, contra os 2,2%, em média, noutros países. Para ele, as medidas que se preparam poderiam penalizar os casais com duplos rendimentos e levar as mulheres a deixar de trabalhar, temporariamente, para cuidar dos filhos.

De qualquer forma, segundo informação veiculada no “La Croix”, “a esquerda tem vindo a preparar a opinião pública para uma redução das ajudas familiares”, enquanto se espera o relatório do Conselho Superior da Família, que também apresenta as suas propostas de reforma.

Em **Espanha**, devido à crise económica, cada vez mais famílias espanholas estão a recorrer às prestações sociais para cobrir as suas necessidades básicas. Perante esta situação, o governo espanhol decidiu elaborar um Plano de Família. Uma das medidas mais importantes será manter as ajudas às famílias numerosas até que o último filho atinja os 21 anos ou os 26 no caso de estudar.

Em 2011, os rendimentos médios dos lares espanhóis rondavam os 24.600 euros por ano, 2.000 menos do que em 2007. Além disso, as famílias endividaram-se muito, sobretudo

pela compra da habitação, que constitui quase 60% das dívidas. Estes são alguns dos dados destacados pela ONG Acción Familiar num estudo que vai servir de base para o plano do governo.

O estudo “Análisis de los comportamientos socioeconómicos de las familias”, coordenado pela economista María Teresa López, diretora da cadeira de Políticas Familiares da Universidad Complutense, sublinha também que 20,8% das famílias têm, pelo menos, metade dos seus membros ativos no desemprego e 10,6% todos eles. No caso das mulheres casadas, a taxa de desemprego é quase cinco pontos mais elevada do que entre os casados.

Em sintonia com o relatório “Mujer e igualdad de trato”, a Acción Familiar denuncia uma dupla desigualdade, derivada do facto de ser mulher e mãe: o mercado de trabalho não só trata de forma diferente homens e mulheres, como também as mulheres que não têm filhos e as que são mães ou querem sê-lo.

Para enfrentar a crise, mais famílias estão a recorrer à proteção que oferece o Estado Providência. Em 2011, a percentagem delas dependente de pensões, subsídios de desemprego e outras prestações e ajudas públicas atingiu os 39,15%, seis pontos e meio mais do que em 2007. O relatório destaca a ajuda que os reformados prestam aos familiares.

A ministra da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade, Ana Mato, anunciou na apresentação do estudo, que o governo começou a trabalhar, junto com as comunidades autónomas, na elaboração de um plano de apoio às famílias. Adiantou duas medidas: a criação de um procedimento comum em toda a Espanha que regule a entrega do filho em adoção nos hospitais, e uma possível alteração à Lei de Proteção das Famílias Numerosas, para aliviar os encargos económicos a suportar.

Com a lei em vigor, de 2003, a maioria das famílias com três ou mais filhos perde a condição de “família numerosa” à medida que os filhos atingem os 21 anos ou os 26 no caso de estudarem, mesmo que continuem no lar familiar.

Esta desigualdade nos irmãos mais novos, fá-los perder as vantagens: bolsas de estudo, redução das propinas universitárias, descontos nos transportes... Para o evitar, as famílias numerosas irão beneficiar até o último filho atingir a maioridade, 21 anos, ou 26, se estudar, como se referiu.

A alteração proposta satisfaz uma das reivindicações tradicionais deste coletivo. Raúl Sánchez, diretor da Federación Española de Familias Numerosas, salientou a importância da medida num momento em que a emancipação dos jovens é tardia e a taxa de desemprego juvenil atinge os 57%.

Poucos dias antes da ministra Mato ter anunciado esta medida, Sánchez tinha denunciado a decisão do Conselho de Ministros de limitar, em função do rendimento, o acesso das famílias numerosas à Prestação Social da eletricidade, não

exigida para outros. “Estamos decepcionados com a política familiar do governo, que não cumpre as medidas anunciadas e suprime ou limita os poucos benefícios sociais que têm as famílias numerosas”, disse.

Maternidade não obrigatória

A principal mudança da reforma da lei do aborto proposta pelo governo de Mariano Rajoy, é que o aborto deixa de ficar ao livre arbítrio da mulher, para voltar a ser regulado em função de pressupostos concretos. Segundo os críticos, a mulher perde, assim, o direito a decidir sobre um assunto muito íntimo. Perder um direito parece sempre um recuo, e especialmente numa época que faz questão na defesa dos direitos da mulher. Mas, como em qualquer caso onde está envolvida a proteção de diversos indivíduos – e o feto é diferente da mãe –, dar toda a liberdade de atuação a um em detrimento do outro, não é o que a justiça pede.

Noutros âmbitos vemos-lo claramente. Um empresário é livre de contratar ou não um trabalhador. Mas, uma vez que o contrata, não pode desligar-se dele quando lhe convier, sem cumprir uma série de requisitos e sem uma indemnização. E, nalguns casos, é simplesmente proibido de o fazer. Assim, ninguém pode despedir uma trabalhadora grávida, precisamente porque a mulher e o *nasciturus* merecem uma proteção especial nessa situação.

O aborto como direito da mulher consagra o despedimento livre do feto na sua versão mais radical. Pelo contrário, uma regulamentação do aborto em função de indicações, pressupõe que pode haver um conflito de direitos, e que se tem de procurar um equilíbrio que tenha em conta os bens a proteger em cada caso.

Com a lei agora em vigor, mais de 90% dos abortos realizam-se a pedido da mulher, sem que sejam condicionados por nenhum motivo de saúde ou de anomalias do feto. Simplesmente, trata-se de gravidezes não planificadas e não aceites. Ao desaparecer o aborto como direito, os críticos da reforma asseguram que as mulheres ver-se-ão submetidas a uma “maternidade obrigatória”. Dizem-no como se o Estado estivesse a exigir às mulheres que contribuam com um filho para a pátria.

Na realidade, a mulher que espera um filho – a não ser em caso de violação – exerceu já a sua liberdade em diversos momentos. Por muito que se afirme que uma coisa é o sexo e outra a reprodução, a gravidez recorda que algo têm que ver. Para os dissociar, há uma panóplia cada vez mais ampla de anticoncepcionais, inclusivamente financiados pela Saúde pública, cuja difusão ia ser o sistema mais eficaz para prevenir

o aborto. Mas algo falha. Às vezes aquilo que falha são os próprios anticoncepcionais. Segundo as estatísticas de 2012, 33% das mulheres que abortaram, afirmaram que não utilizavam anticoncepcionais, mas 42% utilizavam-nos (o resto, não consta), pelo que o “sexo seguro” deixa bastante a desejar. Nem sequer a “pílula do dia seguinte” em venda livre, que por fim ia ser a panaceia, evitou que haja um aborto por cada quatro nascimentos.

Nesta perspetiva, o aborto aparece como o método de controlo de natalidade de último recurso, que é o que toda a gente dizia que não devia ser. O que mudou é que, a partir desse momento, está em jogo também a vida de um terceiro, a quem a lei em vigor privou de toda a proteção.

Mas se o único modo de respeitar uma maternidade livre é permitir à mulher que aborte o filho que não deseja, haveria que levar esta lógica até ao fim. Por um lado, sem fazer a distinção entre motivos “bons” e “maus” para abortar. Por exemplo, o aborto seletivo por razão do sexo – discernível cada vez mais precocemente – teria também lugar. De facto, está a alargar-se já à Europa e América do Norte, por influência da diáspora asiática e como uma necessidade cada vez mais admitida de “equilíbrio familiar”. E se as que ficam a perder costumam ser as meninas, pelo menos terão contribuído para salvaguardar os direitos da mãe.

Por outro lado, sempre dentro de um sistema de prazos, haveria que conceder também um tempo para que os pais pudessem eliminar um bebé não desejado depois do nascimento. A verdade é que, apesar do diagnóstico pré-natal, haverá sempre algum bebé deficiente que escapa ao crivo. E, como se pode ver pelas críticas à reforma proposta pelo governo, a intolerância para com os bebés deficientes está a aumentar.

A ideia do infanticídio para bebés deficientes pode parecer extrema, mas já havia sido proposta alguns anos atrás pelo famoso filósofo utilitarista Peter Singer. E há algumas semanas, efetuou-se um vivo debate na revista britânica “Journal of Medical Ethics” em virtude de um artigo “Afterbirth abortion: why should the baby live”, em que os dois autores (Alberto Giubilini e Francesca Minerva) defendiam que o ato de matar um recém-nascido (*after-birth abortion*, como lhe chamam) deveria ser permitido pelas mesmas razões justificativas para o aborto, inclusivamente mesmo que a criança não fosse deficiente.

Extremistas? Talvez simplesmente lógicos. E o único modo de evitar esta deriva é mudar de lógica na forma de enfrentar a maternidade e a vida em gestação.

I. A.

“Cavalo de Guerra”

“War horse”

Realizador: Steven Spielberg

Atores: Jeremy Irvine; Emily Watson

Duração: 146 min.

Ano: 2011

Este filme de Spielberg é como uma antiga fábula onde os animais assumem atitudes humanas. Tudo se passa na Inglaterra dos inícios do séc. XX, quando um pai de família pobre compra um cavalo para cultivar a sua horta. O animal é útil para o trabalho e vai afeiçoar-se ao filho único do casal. Surgem as dificuldades financeiras e o pai acaba por ter de vender o cavalo ao exército que parte para a I Guerra Mundial. O rapaz fica desolado. Resolve ir falar pessoalmente com o novo dono, explicando-lhe o valor do cavalo e o seu gosto em recuperá-lo mais tarde...

Nas peripécias da guerra, o cavalo viverá muitas aventuras, até ser capturado pelos alemães. Tenta escapar e a dada altura lança-se numa cavalgada desenfreada, mas fica preso numa teia de arame farpado. Relincha, protesta e pede ajuda. Os dois bandos inimigos combinam então uma trégua para libertá-lo. Ao ficar solto regressa para os ingleses. Está ferido e decidem abatê-lo. Entretanto, o jovem rapaz já alistado no exército, encontra-se nesse local... também ele ferido. Desde o leito do hospital improvisado ouve barulhos no pátio das cavalariças. Assobia. O cavalo reconhece esse som. O rapaz com esforço, levanta-se e fala com o comandante. Apresenta as provas de como é o seu dono. Insiste uma e outra vez... por fim, arrisca tudo o que sabe e possui e só então, acaba por conseguir o que pretende!

Tópicos de análise:

1. Os gestos e o tom da conversa credibilizam e autenticam o que se diz.
2. Falar com a pessoa “chave” é essencial para alcançar os objetivos.
3. Saber apresentar os pontos de vista, valoriza a pessoa e as suas razões.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

